

*Campinos, touros e cheias na lezíria:*  
produção social das representações hegemónicas do Ribatejo

Pedro Silva Sena  
(CRIA / NOVA FCSH)



**WORKING PAPER 16**

*Campinos, touros e cheias na lezíria:*

produção social das representações hegemónicas do Ribatejo

Pedro Silva Sena (CRIA / NOVA FCSH)

[pedrosilvasena@gmail.com](mailto:pedrosilvasena@gmail.com)

## **Resumo**

Este texto exploratório foi redigido no âmbito da pesquisa de doutoramento intitulada «Cultura Popular, Nacionalismo e Regionalismo: Génese Social da Região em Portugal – o *Ribatejo*» e aborda, sucintamente, o modo como foram produzidas e se tornaram hegemónicas determinadas representações literárias em torno do Ribatejo no contexto dos processos imbricados de nacionalização e de regionalização da cultura popular. Tais representações, na sua expressão mais estereotípica, reduzem-no a uma paisagem marcada pelo curso e ciclos fluviais do Tejo – revelando-se ora edénica ora diluviana – e a um lugar de camponeses intrépidos e «selvagens» (os *campinos*) que laboram na produção de gado bovino e cavalar e que participam em diversas práticas tauromáquicas.

**Palavras-chave:** representações e estereótipos, literatura, nacionalização e regionalização da cultura popular, região e regionalismo, Ribatejo

**Keywords:** representations and stereotypes, literature, nationalization and regionalization of folk culture, region and regionalism, Ribatejo

## Índice

1. O (re)conhecimento do território do reino: do <i>local</i> à <i>região</i> , entre a vivência e a representação.....	3
2. Pelo rio acima: representações românticas do Ribatejo.....	6
2.1. As <i>Viagens na Minha Terra</i> .....	7
2.2. A viagem de Alexandre Herculano.....	13
2.3. Outros modos de representar o Ribatejo.....	14
3. Tráfegos: objectificação, nacionalização e regionalização da cultura popular.....	16
3.1. Campinos, touros e cheias na lezíria: representações, estereótipos e emblemas regionais.....	17
3.2. Imagens para uma região: literatura, etnografia e fotografia na viragem do século.....	21
Conclusão.....	26
Bibliografia.....	27

“The images and traditions that go into the making of nations are not the artificial creations of intelligentsias, cultural chefs or engineers, but the product of complex interplay between these creators, their social conditions and the ethnic heritages of their chosen population.”

Anthony Smith, “Gastronomy or geology? The role of nationalism in the reconstruction of nations”

## 1. O (re)conhecimento do território do reino: do *local* à *região*, entre a vivência e a representação

Os relatos de viagem de Almeida Garrett e de Alexandre Herculano – os introdutores do «género romântico» em Portugal (cf. França 1974 e Machado 1979) – que analisaremos na próxima secção deste *working paper*, testemunham o desenvolvimento de um interesse *particularizador* pelo espaço nacional, a uma escala superior ao lugar, por parte daqueles que o percorrem e ou pretendem (re)conhecer durante o século XIX; interesse este que dará origem a representações influentes sobre as diferentes partes que compunham o território do reino. O reconhecimento deste território e da sua diversidade – a realidade «provincial» de Portugal –, porém, só se desenvolverá com coerência após o estabelecimento do regime e sociedade liberais (cf. Silva 1995) – à semelhança, aliás, do que se verificou noutros países europeus (cf. Revel 1992 e Bertho 1980)<sup>1</sup>. Até então, a ‘(re)descoberta’ de Portugal – encetada pelos humanistas e levada a cabo de um modo mais consequente desde os finais do Antigo Regime – resultara num conhecimento desigual e incipiente – embora relativamente abrangente – do território e dos seus habitantes (cf. Magalhães 1980 e Bethencourt 1991)<sup>2</sup>. Tal conhecimento fragmentário indicia, precisamente, a debilidade (ou quase inexistência) da produção de discursos coerentes que dessem «consciência» à *província* ou à sua diversidade no interior do espaço nacional (cf. Agulhon 1988 e Revel 1992). Neste sentido, processos como o estabelecimento do monarca e da Corte<sup>3</sup> em Lisboa – uma urbe a crescer em termos populacionais e funcionais; à semelhança de outros núcleos urbanos do litoral – e a organização de um território (exíguo) em concelhos e domínios (senhoriais e religiosos), a qual precede a própria organização do Estado dinástico portugalense e acompanha a criação de divisões administrativas a partir do

---

<sup>1</sup> Emprega-se aqui o termo «província» enquanto a noção de unidade administrativa prevalecente entre os séculos XVI-XVII e meados do século XX (cf. Ribeiro s.d.: 159-180).

<sup>2</sup> São reflexo deste esforço erudito e administrativo: os *livros de arautos*, as corografias, as descrições de localidades, os relatos dos itinerários régios (mas não só), os inquéritos e os levantamentos, as memórias económicas e históricas, os roteiros e as monografias locais (cf. idem, e, ainda, Picoito 2005, Loureiro 1984, Cardoso 1996 e Silva 1995). Francisco Bethencourt chama atenção, precisamente, para a escala reduzida de uma “visão mais particularizada dos habitantes do reino” que se ensaia no “teatro de Gil Vicente, na literatura de viagens e nas descrições de cidades” (1991: 500).

<sup>3</sup> Esse “poder a caminho de se tornar central” (Picoito 2005: 139).

*centro*, terão concorrido para a inexistência de uma «verdadeira administração provincial» até ao final do Antigo Regime, e, logo, para a inexistência de «personalidades regionais» vincadas (Agulhon 1988: 38; conferir, ainda, Monteiro 1996 e Mattoso 1998). Porém, na sequência das transformações sociais, económicas e políticas decorrentes do desenvolvimento do Liberalismo – entre as quais destacamos: a ascensão sociopolítica da burguesia e a introdução de novas práticas e espaços de sociabilidade; a centralização, hierarquização e burocratização da administração do território; o incremento industrial e o crescimento urbano; assim como a melhoria e a expansão das vias de comunicação e a diversificação dos sistemas de transporte (cf. Mattoso 1994 e Oliveira 1996) –, tal ‘(re)descoberta’ adquire um cariz simultaneamente nacionalizador e particularizador, bem como um escopo mais sistemático, revelando o país não só sob a(s) perspectiva(s) do Estado e da erudição, mas também da literatura e das ciências humanas (cf. Ramos 2001 e Leal 2000).

No que respeita ao Ribatejo, apesar de merecer alguma atenção régia e erudita durante a Idade Moderna<sup>4</sup>, e a despeito do alargamento contínuo do território que nomeava<sup>5</sup>, não lhe estava associada uma «imagem» própria, particularizadora – ao

---

<sup>4</sup> Para além de circularem representações bastante antigas sobre esta parte da Estremadura – nomeadamente acerca da fertilidade dos solos banhados pelo rio Tejo e da qualidade dos gados criados no seu extenso vale –, actualizadas a partir dos geógrafos árabes da Baixa Idade Média (cf. Daveau et al 1998, Ribeiro s.d. e Rei 2005), devemos fazer notar a sua frequência por parte da corte, do clero, da nobreza e (mais tarde) da burguesia, em consequência da exploração agrícola e pecuária rendosa dos seus solos. Tal frequência transformou-a, a partir do século XVI, num «apetecível anexo residencial» das classes dominantes (Daveau e tal 1998: 13). Durante a Alta Idade Média e a Idade Moderna, é a família real e a nobreza quem (primeiro) manda erguer paços, palácios, solares e quintas; criar e adestrar cavalos; criar e *lidar* touros; construir picadeiros, redondéis e praças de touros (primeiro em madeira, depois em alvenaria) (Capucha 1991). Ao mesmo tempo, reúnem-se aqui Cortes, celebram-se casamentos reais e aniversários de infantes, faz-se retiro e escapa-se à peste (cf. Mattoso 1994 e Daveau e tal 1998).

<sup>5</sup> A história da produção social desta segmentação regional remontará a meados do século XIII, época em que o concelho de Riba Tejo foi instituído pela Ordem de Santiago, então sedeadada em Palmela. Este concelho incluiu, grosso modo, o território compreendido entre as ribeiras das Enguias (a nascente) e de Coína (a poente), no qual se localizavam as povoações ribeirinhas de Montijo, Samouco, Lançada, Sarilhos, Alcochete, Sabonha, Alhos Vedros, Atalaia e Aldeia Galega (cf. Manique 2017, Mota 2000 e Daveau e tal 1998). No século XVI, com a autonomia administrativa sucessiva de alguns destes povoados, os quais vão encabeçar novos concelhos, o concelho de Riba Tejo desagrega-se. Mas é precisamente nesta época, decerto reconhecendo e associando a extensão do vale do rio Tejo à sua importância agrícola, piscatória e mercantil, que o topónimo *Ribatejo* irá, paulatinamente, à medida que se generaliza o seu uso oficial e informal, nomear um espaço cada vez maior *dentro* da Estremadura (cf. Manique 2017 e Girão 1933). Assim, no final da Idade Média abrange a margem esquerda do Tejo em torno da sua foz – incluindo a bacia do Sorraia e a Serra da Arrábida – e durante a época moderna abrangerá a margem direita, vindo a englobar, já no final do Antigo Regime, localidades tão distantes entre si como Aldeia Galega (Montijo), Alhandra, Golegã e Tancos (cf.

contrário do que já se esboçava em relação a outras *províncias* do reino, conforme o «ensaio estatístico» de Adrien Balbi parece sistematizar e resumir (cf. Nogueira da Silva e Hespanha 1993, Bethencourt 1991 e Medeiros 1991). Isto é, não se desenvolvera até então um «discurso coerente e organizado» (cf. Bertho 1980), «uma representação coerente e prevalente» em torno do Ribatejo (cf. Abèlés 1986). É neste sentido que Simão Fróis de Lemos (cf. Lemos 1726), por exemplo, faz história e estatística *no* Ribatejo e não *do* Ribatejo, pois o mesmo não existe ainda *em si* nem *para si* – se quisermos esgotar a paráfrase do argumento de Catherine Bertho-Lavenir (Bertho 1980: 46). Mas a partir do final do século XVIII, este espaço vivido (cf. Frémont 1980) autonomiza-se gradualmente da Estremadura até ser concebido enquanto uma *região*<sup>6</sup>, isto é, até torna-se um espaço de disputas identitárias e políticas, vis-à-vis o *centro* e as *periferias* circunvizinhas, sempre que o Estado-nação está em crise e a partir do momento em que, parafraseando Maurice Agulhon (1989: 120), desaparecem objectivamente as razões que podiam justificar a sua identificação (cf. Daveau et al. 1998, Ferrão 1987 e Sena 2011; conferir, ainda, Bourdieu 1989 e 2014, Leal 2000, Thiesse 1991 e Ramos 2001)<sup>7</sup>. Para tal individualização/identificação regional concorrerá, entre outros processos complexamente imbricados, o modo como o espaço nacional – nomeadamente a sua diversidade natural – e a própria cultura popular da *nação* vão ser concebidos, quer local quer centralmente, pelas elites de uma sociedade burguesa e capitalista emergente (cf. Leal 2000, Medeiros 1998 e 1999, e, ainda, Cabral 1991). Neste *working paper* analisaremos, então, a partir do campo

---

Daveau et al. 1997 e Vasconcelos 1980; conferir, ainda, Gordo 2003, Girão 1933, Oliveira 2006 e Rama 2001).

<sup>6</sup> Entendemos por *região*, na esteira de Armand Frémont (1980) e Pierre Bourdieu (1989 e 2014), o espaço vivido de tipologia diversa que medeia entre os *lugares* e os *espaços sociais* vividos pelos indivíduos e pelos grupos e as *nações* (e, conseqüentemente, os *Estados-nação*) produzidas ou imaginadas por estes (cf. Anderson 1991). A região e a sua cultura são, mais concretamente, o produto social, no espaço e no tempo, do estado das lutas simbólicas pela “definição legítima das divisões do mundo social” (Bourdieu 1989: 113 e ss). Importa então fazer notar que a *região* tem sido *imaginada* – e a sua cultura *inventada* – mediante a produção e a circulação de representações de diversa índole (estereótipos, mapas, emblemas, etc.) – um “processo permanente, aberto e disputado, de atribuições de sentido” (Medeiros 2003: 25) –, enquanto «objecto natural» distinguível, complexamente delimitável e apropriável em termos afectivos (cf. Leal 2000, Medeiros 2003, Albuquerque Júnior 2011, Roncayolo 1986, Handler 1988, Oliven 1992 e Bendix 2000 e 2005).

<sup>7</sup> Sobre a produção social de outras regiões portuguesas, bem como os movimentos e as associações regionalistas envolvidos nesses processos, conferir Forte 1996 e 2003, Monteiro 2009, Nunes 1989, Queiroz s.d., Simões 2005, Vieira 2005, Amaro 1996, Leal 1997, Medeiros 1995, 1996, 2003 e 2005, Melo 2004, 2005 e 2006, Serra 1996 e 1997 e Rocha-Trindade 1986, 1987 e 1994. Para uma discussão mais detalhada das problemáticas em torno da *região* e do *regionalismo*, conferir Haupt et al 1998.



literário, a produção, por parte destas elites, de representações acerca do Ribatejo que se tornaram emblemáticas e hegemónicas aquando do processo de «reaportuguesamento» da cultura (popular) nacional (cf. Leal 2000 e Crehan 2002).

## **2. Pelo rio acima: representações românticas do Ribatejo**

No estio cabralista de 1843, João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett (1799 – 1854) empreendeu uma viagem a Santarém a convite de Passos Manuel<sup>8</sup>. Desta visita resultaria o livro *Viagens na Minha Terra*, publicado parcialmente nesse mesmo ano nas páginas da Revista Universal Lisbonense e editado em volume três anos depois. A par do exercício de desagravo de dissabores políticos que tal convite lhe proporcionava, motivava-o ainda a “(...) ideia vaga; mais desejo que tenção, que (...) tinha há muito de conhecer as ricas várzeas desse Ribatejo, e saudar em seu alto cume a mais histórica e monumental das nossas vilas.” (Garrett s.d.: 45). Este duplo intento, assim como o relato que o reflecte, deve ser compreendido dentro do contexto da actividade literária, erudita e política de Almeida Garrett, a qual, por sua vez, pode ser inscrita nos propósitos românticos de nacionalização da cultura popular (cf. Catroga 1994, Medeiros 2003 e Leal 2000). Tal actividade vai orientar-se, de um modo geral, para a recolha, o ‘restauro’, a salvaguarda e a divulgação das «tradições», «crenças» e «superstições» populares<sup>9</sup>. Tais «tradições», «crenças» e «superstições», a resgatar da oralidade e do oblióvio, vão constituir o “monumento cuja interpretação permitirá fundar uma cultura nacional de um modo mais autêntico – projecto em aberto para os ideólogos da primeira geração romântica” (Medeiros 2003: 43). E era justamente ao «povo» que esta geração atribuía e fazia fundar a autenticidade dessa mesma cultura nacional, e não à própria burguesia que lhe outorgava esse papel (cf. Cabral 1991).

---

<sup>8</sup> Foi por este nome que ficou conhecido Manuel da Silva Passos (1801-1862), natural de Guifões (Bouças/Matosinhos), bacharel em leis, advogado e destacado liberal. É na sequência da revolução de 1820 que desempenhará, sucessivamente, os cargos de deputado às Cortes, ministro, senador e par do Reino. Enquanto ministro da ditadura Setembrista (1836-1837), foi o principal redactor do Código Administrativo de 1836. Passos Manuel foi também proprietário fundiário em Alpiarça e Santarém, tendo chegado a exercer o cargo de Governador Civil do Distrito de Santarém em 1846.

<sup>9</sup> Isto é, produzidas pelas classes dominadas, sobretudo as rurais (cf. Leal 2006 e 2000).

Subjacente ao empreendimento nacionalizador dos românticos identifica-se, portanto, um propósito salvacionista e monumentalizador (cf. Leal 2006 e Medeiros 2003; cf., ainda, Fabian 1996 e Clifford e Marcus 1986), bem como uma relação entre colectores e depositários da cultura nacional que é concebida, ao mesmo tempo, enquanto uma distância social (cf. Revel 1990 e Satriani 1986) e temporal (cf. Fabian 1983). Neste sentido, não se tratava de coligir e publicar *exactamente* os textos e os registos orais que fosse possível recolher e fixar, nem de considerar *todos* e quaisquer textos e registos orais. Era necessária uma *versão* adequada de tais documentos: impunha-se seleccioná-los, classificá-los, censurá-los, reconstruí-los e (re)contextualizá-los, a fim de os conciliar com aquilo que poderia e deveria ser a «poesia nacional» «verdadeira e legítima» (cf. Löfgreen 1989 e Revel 1990, e, para Portugal, Leal 2000, Medeiros 1998 e Sobral 2004). Cabia aos eruditos e aos escritores, por conseguinte, estabelecer as condições para a possibilidade de se constituir o que Orvar Löfgreen define como uma “versão adequada, autorizada e imemorial da vida popular” (tradução livre; 1989: 12).

## **2.1. As Viagens na Minha Terra**

Em *Viagens na Minha Terra*, durante a subida do Tejo, entre Lisboa e Vila Nova da Rainha, saudadas já «Alhandra, a toireira» e Vila Franca de Xira, é introduzida na narrativa uma discussão jovial entre elementos de dois grupos distintos de passageiros quando Garrett se desloca à proa, com os seus companheiros de viagem, em busca de lume para os charutos, fora dos “precintos aristocráticos da ré” (Garrett s.d.: 47). Surgem neste trecho, por um lado, os «campinos», “*moçárabe[s] ribatejano[s]*” (Idem: 47), trabalhadores rurais oriundos de uma povoação ribeirinha do Tejo e familiarizados com o toureio de gado bovino bravo<sup>10</sup>, e, por outro lado, os «ílhavos», pescadores-camponeses oriundos do

---

<sup>10</sup> Actualmente, os *campinos* podem ser descritos enquanto trabalhadores manuais especializados na produção e toureio de gado bovino (bravo) e na produção e adestramento de gado equino; conferir alguns estudos dedicados a diferentes aspectos desta ocupação – da dimensão material e laboral aos usos da cultura popular –, em Sena 2000 e 2011, Maximino 2003, Garcia *et al* 1997, Queirós 2001 e Soares 1991. À data em que Almeida Garrett escreve esta ocupação já estaria definida, grosso modo, nos moldes em que a descrevemos (cf. Oliveira 2006). O dicionário de Rafael Bluteau, refundido por António de Moraes Silva, por seu lado, fornece-nos o significado genérico (ou genésico) de *campino* enquanto substantivo («homem do campo») e

concelho de Ílhavo<sup>11</sup>. A caracterização de ambos os grupos assenta na comparação de «feições, traje e modos». Os argumentos desta comparação parecem prefigurar, por seu lado, o desenvolvimento de alguns dos recursos de imaginação da nação empregues nos discursos nacionalizadores que marcaram os últimos decénios de oitocentos, nomeadamente a objectificação da cultura popular, a psicologia étnica e a etnogenealogia (cf. Leal 2000).

Uma «questão» de honra e de prestígio, colectivo e de género, opõe os «homens do Norte» aos «homens do Sul»: saber qual dos grupos se revela ‘superior’ ao outro – para empregar os termos da narrativa – através do engenho, esforço e donodo demonstrados nas suas ocupações ordinárias<sup>12</sup>. Garrett e os seus companheiros são instados a arbitrá-la. A opinião decisória não se faz esperar, reconhecendo-se resolutamente a «superioridade» dos «homens do Norte», a despeito da notoriedade dos «homens do Sul» (cf. Garrett s.d.: 49). A tal notoriedade não seria alheia a familiaridade existente entre a aristocracia e os ‘moçárabes ribatejanos’ – mediada pela preparação e realização de jogos tauromáquicos e equestres – e a utilização simbólica destas práticas pela realeza (cf. Bethencourt 1991, Almeida 1997 e, ainda, Solis 1994)<sup>13</sup>. Assim, por exemplo, aquando da celebração do nascimento de D. Maria Teresa, primogénita do então príncipe D. João, futuro D. João VI, ocorrida na Golegã no estio de 1793, os campinos participaram nos jogos taurinos então organizados exemplificando o que faziam nos campos com as manadas de touros, sendo descritos nessa ocasião como “agrestes, rústicos e destemidos” (Oliveira 2006: 44). E na sequência do golpe militar absolutista desencadeado em Vila Franca de Xira (em 1823), afirma-se que D. Miguel entrou triunfalmente em Lisboa vestido à *campino* (cf. Almeida 1997): reflexo da sua predilecção pelas práticas tauromáquicas e ou gesto político de

---

adjectivo («De natureza campina») – sendo a *campina* um “campo dilatado, descoberto d’arvores» (1789, tomo 1º: 223).

<sup>11</sup> Designavam-se à época por *Ílhavos* e *varinos* os migrantes oriundos, respectivamente, de Ílhavo e de Ovar. Estes complementavam, com frequência, as actividades piscatórias com o trabalho agrícola, à semelhança do que ocorria em outras comunidades costeiras e ribeirinhas do país (cf. Oliveira 1987). Os fluxos migratórios entre as povoações da costa ocidental a Norte do Cabo Carvoeiro e as margens do rio Tejo datam, pelo menos, desde o século XVIII e foram objecto de alguns estudos antropológicos (cf. Nunes 1993, Barbosa et al 1982), etnográficos (cf. Soares 1991 e 1986) e geográficos (cf. Santos 1959).

<sup>12</sup> Para uma análise mais detalhada da relação entre os argumentos etnogenealógicos e as representações da identidade nacional nas quais são opostos o «Norte» e o «Sul», conferir Sobral 2004.

<sup>13</sup> Para uma síntese sobre as práticas tauromáquicas em Portugal, conferir Capucha 1991. Conferir ainda, para o quadro ibérico, Guillaume-Alonso 1994 e Fournier e Romero 1994.

identificação simbólica e legitimadora? Uso consciente de um símbolo possível daquilo que os liberais queriam transformar?

Regressemos ao trecho que citámos acima. Os «campinos» são aí descritos enquanto homens de honra, valentia e alarde – atributos e atitude comuns nos discursos da masculinidade em contextos rurais euromediterrânicos (cf. Almeida 1995 e 1997; cf., ainda, Cutileiro 1977) – que descendem de moçárabes, árabes e berberes – ou seja, de populações tardia e complexamente integradas nos reinos ibéricos (cf. Mattoso 1985, Moreno 1994 e Braga 1999) –, pois o «campino», “como o saloio, tem o cunho da raça africana” (cf. Garrett s.d.: 48). Simultaneamente, e por metonímia, representam não só o lugar, mas também as restantes populações do «Sul» (cf. Sobral 2004). Os «campinos» constituem aqui, à semelhança dos «varinos», um grupo social definido por oposição a outro em termos de origem étnica e geográfica, o qual se comporta, fala e veste de um modo diferente, próprio, e cujos interesses e ocupações são distintos. A leitura de *Viagens na Minha Terra* sugere, por isso, a identificação do Ribatejo e dos seus habitantes com a parte meridional do reino, o rio Tejo, a «várzea» e a fecundidade dos seus solos, as práticas tauromáquicas, e, em particular, aqueles que, por familiaridade ou por dever, ocupavam-se do gado bovino bravo.

Ao longo das páginas de *Viagens na Minha Terra*, Almeida Garrett estabelece claramente um paralelo entre a origem étnica dos seus habitantes e a paisagem que descreve (cf. Walter 1991). Aos ‘moçárabes ribatejanos’ correspondiam, então, lugares férteis e aprazíveis e lugares mais ou menos inóspitos e esteticamente desagradáveis, cujos objectos de comparação são (norte-)africanos e, episodicamente, minhotos: Vila Nova da Rainha, o “descampado africano” (s.d.: 51), o “monturo” árido (idem: 52); Azambuja, “não triste povoação”, “a primeira (...) que dá início de estarmos nas férteis margens do Nilo português” (idem: ibidem); Cartaxo, de “ricas vinhas que [a] circundam como uma zona de verdura e alegria” (idem: 65-66), de “viçosos pâmpanos” (idem: 72); Asseca (Vale de Santarém), uma “imensa várzea que há-de ser um vasto paul de Inverno” (idem: 76). Ao mesmo tempo, a paisagem fértil e exótica<sup>14</sup> de planícies e charnecas assim descrita é

---

<sup>14</sup> A paisagem, as características e as vicissitudes das terras banhadas pelo rio Tejo constituem tópicos correntes na literatura portuguesa desde o século XVI. Neste sentido, Luís de Camões exalta os “campos abundosos/Do rico Tejo” (1985: 262) e Francisco Rodrigues Lobo alude às “grossa[s] enchente[s]” do Tejo na sua poesia em Português (Freire 1968: 22-23). Duarte Nunes de Leão, por seu lado, na sua *Descrição do Reino de Portugal* (1610), lembra as referências clássicas ao Tejo – nas quais este rio, devido à sua

identificada enquanto própria do Ribatejo e caracterizada enquanto romântica e pitoresca (cf. Garrett 72-73; conferir, ainda, França 1974). Acrescentar-se-á, ainda, a descrição do Vale de Santarém (cf. Garrett s.d.: 79 ss), aquando da «história da menina dos rouxinóis», e do entorno de Santarém (cf. Garrett s.d.: 146 ss) – nomeadamente os seus olivais e a “majestosa vista” que se abre do planalto onde está erguida.

A paisagem “majestosa mas triste” (Garrett s.d: 162) que se alcançava da Porta do Sol da alcáçova de Santarém, bem como a própria vila e os olivedos que a circundavam, parecem surgir então como reminiscências de um tempo passado – as épocas da fundação e da expansão do reino. Neste sentido, referindo-se àqueles olivais, Garrett classifica-os como “monumento”, “símbolo patriarcal da nossa antiga existência” (Idem: 146); e quanto a Santarém, “é um livro de pedra em que a mais interessante e mais poética parte das nossas crónicas está escrita” (Idem: 154). Trata-se aqui, simultaneamente, de uma viagem num território “rústico e selvagem” (Garrett s.d: 214) e da sugestão de uma viagem *no tempo* em que se monumentaliza tanto o território como os seus habitantes (cf. Leal 2006: 99-110; Medeiros 2003). Os pressupostos destas atribuições de sentido são, conforme já referimos, consentâneos com a concepção historicista e nacionalizadora do «povo» e do território ruralizado que os intelectuais românticos vão defender (cf. Catroga 1994 e Medeiros 2003). Era no passado que se procuravam “as raízes da nova ordem social e política que o liberalismo estava a construir”, pois “só o passado poderia legitimar a nação” (Catroga 1994: 549 e 547). Para Almeida Garrett, o “grande poeta [e] grande guardador de tradições” (cf. s.d.) e o espaço social que este habita – representado por uma paisagem úbere e “selvagem” – tornam-se os repositórios da autêntica cultura *nacional*, os fundamentos da nação<sup>15</sup>.

---

fertilidade, é cotejado, entre outros flúvios, com o Ganges – e compara-o, ele próprio, ao Nilo. Este autor também compara os “campos” banhados pelo Tejo ao “paraíso terreal” (1610: s.n; Capítulo XIV). O cotejo entre o Nilo e o Tejo regista-se, pela primeira vez, nas observações geográficas de Al-Himyari, datadas do século XV, as quais se baseiam, principalmente, nos textos de Al-Bakri e de Al-Idrisi (cf. Coelho 2018).

<sup>15</sup> Conforme teremos oportunidade de aprofundar mais adiante, é pertinente assinalar esta visão historicista da cultura popular enquanto um dos pontos de continuidade entre o modo como os românticos, por um lado, e os etnólogos da segunda metade do séc. XIX, por outro, concebem o acervo cultural da nação (cf. Leal 2000 e 2006). Assim, a cultura popular “(...) é vista [por estes, como pelos primeiros] não apenas como um testemunho do passado, mas de um passado de características fundamentalmente etnogenealógicas (...). Embora observadas no presente, a literatura e as tradições populares são encaradas como uma herança étnica

A leitura de *Viagens na Minha Terra* sugere-nos, portanto, uma representação ambivalente do Ribatejo e dos seus habitantes, a qual é identificável, por exemplo, nas descrições paisagísticas (o exotismo) ou nos juízos de comparação irónicos entre os «campinos» e os «lhavos». Esta ambivalência poderá ser compreendida se atentarmos no modo como as elites burguesas, ao longo do século XIX, vão caracterizar o campesinato português e interpretar a diversidade sociocultural do país a partir da distância social construída entre classes dominantes e dominadas. Neste sentido, a etnografia e a historiografia oitocentistas reflectem exemplarmente os debates das elites políticas e intelectuais em torno do papel das classes populares e das suas expressões na construção da nação (cf. Leal 2000 e 2006, Vaquinhas 1994 e Henriques da Silva, 1995). Em tais debates, identificam-se duas representações opostas do campesinato cuja articulação e predominância são por vezes difíceis de apreender, mas que radicam nas próprias lutas sociais pela produção da nação enquanto espaço político caracterizado por uma determinada unidade cultural, territorial e económica (cf. Smith 1997 e Bourdieu 2014) e por uma determinada ordem social (cf. Mattoso 1994). Por um lado, desenvolve-se uma “visão romântica e idealizada” desse grupo social, na qual os elementos naturais se tornam paisagens pitorescas povoadas pelo camponês “patriarcal, religioso, moralmente são e ainda não pervertido pelas influências exteriores e valores materiais” (Vaquinhas 1994: 479). Por outro lado, à sombra, por exemplo, da possibilidade de revoltas populares, da persistência de obstáculos colectivistas/concelhios à expansão dos modos capitalistas de explorar os recursos e pela resistência às implicações simbólicas e práticas de correntes teóricas como o evolucionismo e o positivismo, desenvolve-se uma “visão sombria e pessimista” dos camponeses, de acordo com a qual as preditas características do camponês explicavam todos os seus atavismos (cf. Leal 2006).

O tom irónico e crítico de Almeida Garrett acerca das práticas tauromáquicas em *Viagens na Minha Terra*, correlacionado com a caracterização opositiva de «campinos» e de «lhavos», parece remeter-nos para o – já então longo – debate em torno da abolição dos espectáculos taurinos<sup>16</sup> e, sobretudo, para as articulações existentes entre as representações

---

de que o povo asseguraria a custódia. Mais do que o criador de textos que profere para o etnógrafo, o povo é pois visto como um guardador de textos anonimamente criados em remotos tempos étnicos” (Leal 2000: 43).

<sup>16</sup> O Decreto de 19 de Setembro de 1836, exarado pelo ministro Passos Manuel, ilegalizou-os, ainda que por breve trecho (cf., ainda, Gonçalves 2003 e 2004).

(ambivalentes) do povo/cultura popular – já então patentes naqueles debates – e as representações que dividiam e distinguíam o Norte e o Sul do país (cf. Sobral 2004)<sup>17</sup>. No entanto, e glosando o argumento de António Medeiros para o papel das propostas herculianas em torno do Minho, a visão garrettiana dessa parte “ribatejana ou bordalenga” do reino (Garrett s.d: 155) inaugura, apesar de tudo, a possibilidade mesma de se pensar o Ribatejo como “ribatejano”, particularismo provincial no seio do particularismo nacional, em outorga de uma “identidade específica” (Medeiros 2003: 47). Assim, o Ribatejo é não só um lugar eleito para evocar a história do país, como um lugar de planícies pródigas e de áreas áridas, cujos habitantes, camponeses de ascendência moçárabe, árabe e berbere, representados pelos rudes e corajosos *campinos*, se divertem a criar e a enfrentar touros. O conjunto destas referências irá constituir a génese e estabelecer os limites simbólicos iniciais de uma representação erudita do Ribatejo que se consolidará a partir dos meados de oitocentos.

## 2.2. A viagem de Alexandre Herculano

Na mesma época em que Almeida Garrett preconizava um programa etnográfico e nacionalizador de recolha e preservação das «tradições» populares, Alexandre Herculano (1810-1877) aderira igualmente ao romantismo e empenhava-se nesse esforço de preservação, assim como na produção historiográfica, empreendendo viagens pelo país cujo registo está em sintonia com a concepção historicista e hagiográfica da nação e do povo dos primeiros românticos, tal como se pode perceber em *Cenas de um Ano da Minha Vida* –

---

<sup>17</sup> Não será porventura alheia a esta visão crítica a origem portuense de Garrett e de Passos Manuel, sendo significativo o facto de este último, amigo e anfitrião do autor das *Viagens na Minha Terra*, estar empenhado, à época, na abolição daqueles espectáculos, e de, entre as elites burguesas – sobretudo as nortenhas – se conceber tais práticas dos «homens do Sul» – isto é, da sua nobreza e campesinato – como um “«divertimento bárbaro e impróprio de Nações civilizadas»” (Mattoso 1994: 537). Na altura em que Passos Manuel recebe Garrett na sua casa à alcáçova de Santarém, os espectáculos tauromáquicos praticados em praças de touros – há muito institucionalizados no Sul e no Centro do país pelo poder político (rei e corte) –, não haviam ainda conhecido o incremento, a Norte, que se viria a verificar a partir das últimas décadas desse século, e a adesão de parte da burguesia a estas práticas que o poderá parcialmente explicar (cf. Idem). Por outro lado, este incremento e a consequente valorização simbólica das populações e ocupações relacionadas com as práticas tauromáquicas, deverão prender-se, segundo a tese de José Augusto França (1974), com uma apropriação burguesa do gosto e das concepções culturais anteriores à implantação do regime liberal (cf. Idem: 365 ss). O Tejo, afinal, triunfará do Vouga.

*Apontamentos de Viagem* (1973). Em 1853, e no ano seguinte, Herculano viaja pela Estremadura e Beira Baixa durante o estio, de barco, Tejo acima, registando a sua «romaria santa» na «terra pátria» num diário e em cartas, aonde vai descrevendo paisagens e tecendo considerações acerca daquilo que lhe ia interessando (cf. idem)<sup>18</sup>. Entre Alhandra e Abrantes, o território arborizado e agricultado é algo que se lhe apresenta como um espectáculo digno de descrição, amiúde «pitoresco», uma paisagem verdejante e melancólica onde o gado bovino bravo pasce, onde à planura moldada e fertilizada pelo Tejo se sucedem os relevos áridos e os olivais (cf. 1973: 203 e ss). O Tejo, majestoso, com os seus ciclos marcados por enchentes, perigos submersos e quietude, é caracterizado pelo recurso à comparação com atributos considerados femininos, é um rio de “caprichos quase mulheris”, ora pacífico ora origem de “terrores” (cf. 1973: 220 ss).

Durante estas viagens, Herculano visita (também ele) Santarém e a sua alcáçova – onde admira o panorama da planície –, descrevendo-as com êxtase e detalhe – mas também contrapondo a ruína da parte antiga da vila aos “territórios” “tão ridentes e cheios de vida” da planície aluvional (cf. Herculano 1973). Quanto aos seus habitantes, representados pelos campinos, e à semelhança dos argumentos em *Viagens na Minha Terra*, Herculano estabelece a sua genealogia e psicologia étnicas. Assim, os ribatejanos constituem uma reminiscência biológica e social da época em que se fundou o reino, resultado da fusão genética dos íncolas – moçárabes, árabes e berberes – com os invasores e colonizadores portugalenses que determinaram a história de Portugal e dos seus lugares. Por outro lado, identificamos a mesma representação ambivalente do povo/cultura popular na qual os campinos surgem caracterizados, simultaneamente, enquanto “selvagens” e “orgulhosos” (cf. idem: 190 e ss). Nos seus ‘apontamentos de viagem’, Alexandre Herculano expressa, mais claramente do que Almeida Garrett, ainda que de um modo implícito, a possibilidade de perceber o Ribatejo como um lugar distinguível no quadro estremenho, com limites relativamente definidos, a partir da sua caracterização do curso do rio Tejo: há uma “linguagem ribatejana” para classificar as enchentes deste rio (1973: 224); há um traje “ribatejano” que os campinos envergam. Por outra parte, a representação do Ribatejo enquanto um lugar (predominantemente) fértil, selvagem e romântico, que se identifica na

---

<sup>18</sup> Herculano publicou os seus apontamentos de viagem, em 1854, na revista *Panorama*, que então dirigia.



descrição garrettiana, é aqui desenvolvida na descrição minuciosa da sua paisagem e no modo como são caracterizados os seus habitantes.

### 2.3. Outros modos de representar o Ribatejo

O modo de representar o Ribatejo inaugurado por Almeida Garrett e Alexandre Herculano, vai exercer uma influência determinante nos discursos que participam simultaneamente na imaginação da nação e da região. Esta influência deve-se, desde logo, ao facto de ambos os textos acima analisados sugerirem, ou reconhecerem, a possibilidade mesma de conceber o Ribatejo enquanto um espaço *distinto* da ‘província’ da Estremadura. Por outro lado, os temas frequentados nestes textos – a paisagem local, a fertilidade do vale aluvionar do Tejo, as práticas tauromáquicas, os campinos – vão ressurgir, com frequência, ao longo dos cem anos seguintes, nos discursos eruditos em se que imagina o país e o Ribatejo, e transformar-se, durante essa mesma centúria, em «objectos representativos [da] cultura nacional» (Leal 2000: 118) e, à força da sua recorrência e amplitude, em estereótipos (cf. Bertho 1980, McDonald 1993 e Herzfeld 1992). Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871) exemplifica a frequência destes temas na mesma época em que escrevem Garrett e Herculano (cf. 1908 e 1960). No conto *A Última Corrida de Touros em Salvaterra* (cf. 1960), por exemplo, elege como tema um facto histórico (ocorrido durante o reinado de D. José<sup>19</sup>) que associa o Ribatejo ao pastoreio e ao toureio de gado bovino bravo<sup>20</sup>. Mas neste período em que estão em formação as «representações figuradas» (cf. Bertho-Lavenir 1988) das províncias portuguesas (cf. Leal 2000 e Medeiros 1998), o Ribatejo conhece outros modos de representação literária e erudita, os quais exploram diferentes recursos simbólicos e filiam-se em diversas perspectivas políticas.

---

<sup>19</sup> O conto resume e narra a morte do conde de Arcos, filho do marquês de Marialva, ao enfrentar um touro num redondel do paço de Salvaterra de Magos, e a vingança do seu pai, o qual fere mortalmente o touro e vê o nojo reconhecido na interdição régia (se bem que temporária) às corridas de touros (cf. Idem).

<sup>20</sup> O trecho que corresponde ao clímax deste conto será incluído, por Natércia Freire, no volume da *Antologia da Terra Portuguesa* dedicado ao Ribatejo (cf. s.d.). A autora, significativamente, não elege a narração queirosiana deste evento inserta no conto “Singularidades de Uma Rapariga Loura” (cf. Queirós s.d.).

É neste sentido que podemos recensear os comentários do dramaturgo, jornalista, político e diplomata, José da Silva Mendes Leal (1820-1886), acerca dos campinos, os quais foram publicados nas páginas da *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* (cf. 1860). Estes comentários são tecidos numa época em que os alertas para o risco de extinção e ou de desvirtuamento de práticas populares se intensificavam à medida que eram percebidas e interpretadas as transformações socioeconómicas e socioculturais que marcaram a Regeneração (cf. Mattoso 1994). Mendes Leal protestava então, a propósito de uma gravura de um *campino* da autoria do “fidalgo” Francisco de Melo, contra a “epidemia de sensibilidade” burguesa e a “ociosidade” degenerativa da nobreza, que estariam a fazer perigar a actividade dos pastores de gado bovino bravo, indício da descaracterização (modernizadora e liberalizante) da “sociedade” tal qual a concebia (cf. 1860). Neste libelo de tom conservador, Mendes Leal enaltece, descreve e caracteriza os *campinos* distinguindo-os entre os restantes camponeses do país (cf. Idem). Assim, os aprestos e o comportamento destes “valentes zagais” sugerem-lhe uma etnogenealogia diversa, não já semita, mas antes céltico-gótica, enquanto prováveis descendentes dos cavaleiros (vilãos) da primeira dinastia, os quais tomaram o Centro e o Sul do território nacional aos “mouros”: os “velhos almogavares” (Leal 1860: 38). Mas a comparação mais estruturante, abrangendo os *campinos* e a região, simultaneamente marcial e paisagística, é com a Grécia da antiguidade (cf. Idem: 38). Porém, na canícula, sem o campino a manar esse “idílio grego”, vêm-se transmutadas as suas conotações positivas. A evocação tem lugar na Golegã e a imagem é consonante com os debuxos românticos de Garrett e Herculano (cf. idem: 38). Finalmente, os traços de psicologia étnica do *campino* ribatejano esboçados pelo antigo partidário de Costa Cabral, vão ser retomados e desenvolvidos mais tarde, conforme analisaremos adiante. Esse “homem primitivo, homem da natureza” (Idem: 39), adquiria virtudes cívicas num contexto sociopolítico de “degeneração”, pois constituía o sustentáculo popular da independência do Estado-nação, era um exemplo de lealdade ao “seu lavrador” e de cortesia comedida perante a nobreza, um “modelo digno de estudo na aplicação do princípio da autoridade” (Idem: 39).

### 3. Tráfegos: objectificação, nacionalização e regionalização da cultura popular

É a partir da década de 1870, ao desenvolver-se o processo de nacionalização da cultura popular – e de construção da nação (cf. Ramos 2001) – encetado pelos intelectuais românticos e entendido enquanto uma tarefa premente e «salvacionista» (cf. Leal 2000), que as representações literárias produzidas acerca do Ribatejo pela primeira geração do romantismo português vão ser objectificadas<sup>21</sup> mediante a sua selecção, categorização, descontextualização e fixação (cf. Löfgren 1989). No entanto, queremos argumentar aqui que a *imaginação* do Ribatejo resulta da articulação entre a produção de uma cultura nacional pelas elites burguesas, a partir do «centro», com recurso à etnogenealogia, à psicologia étnica e à objectificação da cultura popular, e a produção de uma cultura regional por parte destas mesmas elites, através da relação entre «centro» e «região», mediante a recontextualização particularizadora desses mesmos temas (cf. Leal 2000 e Brito e Leal 1997). Tal recontextualização particularizadora da cultura popular, por seu lado, assume então uma feição *regionalizadora* e afigura-se um processo de identificação análogo, articulado e paralelo ao da nacionalização da cultura. Propomos assim defini-lo enquanto um processo de *regionalização* da cultura popular de matriz rural<sup>22</sup>.

#### 3.1. *Campinos, touros e cheias na lezíria: representações, estereótipos e emblemas regionais*

É num contexto de ampla valorização *nacional* da cultura popular que João Salvador Marques da Silva (1844-1907), jornalista, dramaturgo, empresário e encenador

---

<sup>21</sup> Seguimos aqui a definição de ‘objectificação da cultura’ (cf. Handler 1988) que João Leal sistematiza do seguinte modo: “A objectificação é justamente esse processo que consiste na transformação de determinados traços da vida tradicional em objectos representativos de uma cultura nacional, coisas que só nós temos e os outros não, coisas sobre que repousa a possibilidade mesma de se falar de uma cultura nacional própria, específica, distinta, original.” (2000: 108).

<sup>22</sup> Neste sentido, entendemos por *regionalização da cultura popular*, parafraseando Orvar Löfgren (1989) e Pierre Bourdieu (1989), a produção de uma cultura popular regional – que é simultaneamente nacional – correcta, autorizada e intemporal, a qual constitui um reportório local de representações, símbolos, paisagens, usos, costumes e tradições, «homens ilustres» – onde pontuarão alguns «heróis» da história nacional – e caracteres próprios – assente na objectificação da cultura, na etnogenealogia e na psicologia étnica.

em vários teatros de Lisboa, natural de Alhandra, redige o melodrama neo-romântico *Os Campinos* (cf. 1877)<sup>23</sup>. Esta peça estreará em Alhandra em 1873 e será levada à cena em Lisboa, no ano seguinte, devido à sua popularidade, tendo ainda, devido ao seu sucesso de bilheteira, sido encenada em várias localidades do país durante as décadas seguintes (cf. Guimarães s.d.)<sup>24</sup>. Tal deveu-se à boa recepção que este estilo dramático suscitava à época e ao interesse crescente por tudo o que era considerado *popular e regional*.

A acção de *Os Campinos* decorre no Ribatejo de solos “opulentíssimos”, mais precisamente nas proximidades da capital, e narra os conflitos e as intrigas em torno do amor socialmente “impossível” entre o filho de um “lavrador e rico proprietário” e a filha do “abegão” dos campinos assalariados por aquele proprietário terratenente (conferir para esta citação e as seguintes, Silva 1877)<sup>25</sup>. Enquanto libelo explícito pela manutenção da estrutura social vigente (católica, patriarcal e nobiliárquica), onde se faz reflectir o confronto entre a “velha sociedade” e o ‘progresso’<sup>26</sup>, este texto reflecte o desenvolvimento das representações em torno do Ribatejo produzidas na obra dos primeiros escritores portugueses influenciados pelo romantismo (cf. França 1974). Os protagonistas deste drama são, em primeiro lugar, os campinos – nomeadamente o abegão e o maioral das propriedades ribeirinhas da família fidalga –, cuja acção revela as suas qualidades morais e o seu lugar na estrutura social – são “rústicos”, “pitorescos”, competentes e dedicados ao

---

<sup>23</sup> Salvador Marques também exerceu o cargo de vereador em Vila Franca de Xira, foi tradutor – de Alexandre Dumas e de Honoré de Balzac, entre outros –, director do Teatro Thália (Alhandra) e fundador de periódicos dedicados ao teatro, à magia e à tauromaquia (Guimarães s.d.). Sobre a dramaturgia neo-romântica, conferir Luís Rebello (1978).

<sup>24</sup> E citamos A. Maneira Guimarães sobre o êxito desta peça: “Dos originais [de J. S. Marques da Silva], alguns alcançaram retumbante sucesso; porém, aquele que atingiu uma projecção pouco verificada entre nós no campo teatral foi a peça «Os Campinos» (...). / Esta obra foi representada por amadores de Alhandra, pela primeira vez no seu (...) Teatro Thália (...) e aguardada com muito interesse pelos habitantes da vila, já porque se tratava de um drama que se sabia enternecedor. / Foi tão notável o êxito e repercussão da estreia desta obra que, a valiosa peça transitava para o Teatro do Ginásio de Lisboa, voltando ao palco, logo no ano seguinte (...). / A reprise no Ginásio teve a honrosa presença de elementos marcantes da literatura nacional, na imprensa e na arte” (s.d.).

<sup>25</sup> A divisão do trabalho entre a «campinagem» estrutura-se numa determinada hierarquia que procura reflectir uma dada equivalência entre competências e funções (cf. Sena 2000, Soares 1991, Garcia *et al* 1997 e Queirós 2001). Assim, no topo desta hierarquia encontra-se o *abegão*, logo seguido pelo *maioral real*, pelos *maiorais* das diferentes espécies de gado (*maioral dos toiros*, *éguação*, *boieiro*, etc.) e pelos auxiliares; nesta ordem: *contra-maioral*, *roupeiro*, *nojeiro/mancebo* e *ajuda/novelo* (Cf. Sena 2000).

<sup>26</sup> Este confronto está representado pela defesa da modernização da agricultura local – nomeadamente pela sua capitalização e mecanização –, protagonizada por um personagem cidadão e aceite pelo fidalgo terra tenente, e, pelo cepticismo protagonizado pelo abegão. Nesta época, aliás, debatiam-se vivamente os modos e os meios da exploração agrícola nos latifúndios e estava em marcha a sua mecanização (cf. Mattoso 1994).

trabalho e ao patronato. A par destes, temos alguns membros da família nobre – o patriarca, o seu filho e a sua filha –, cujo carácter e “puro sangue português” serão colocados à prova por meio das intrigas urdidas pelo noivo da jovem fidalga contra a jovem camponesa.

É por intermédio das opiniões e dos actos de um personagem estranho aos lugares e ao quadro social onde decorre a acção – primeiro a casa da família camponesa, depois a “pousada” dos campinos nas “lezírias do Tejo” e, finalmente, o palácio da família fidalga – que são caracterizados os campinos. É o noivo da jovem fidalga, “um homem da cidade”, o único opositor (pouco escrupuloso) à união entre o cunhado e a filha de “vilãos campinos”. Para este personagem, os campinos são rudes – “só têm a selvajaria por brasão”, embora possuam uma “franqueza agreste e [uma] simplicidade bondosa” (Silva 1877: 2º acto, 11ª cena) – e afiguram-se adaptados ao seu entorno: “Estamos em pleno deserto. À falta de [areia], temos este oásis de palha. (...) Vê se aqueles cavalos não são dignos do corcel dos desertos... e se esses campinos não têm o que quer que seja de tipo árabe...” (Silva 1877: 2º acto, 13ª cena). Por outro lado, é no confronto entre este personagem e os campinos que são demonstrados os atributos de género e as qualidades morais destes últimos – como a honra, a honestidade, a coragem, a humildade, a abnegação, a devoção e a compaixão (cf. *idem*). A peça termina, eloquentemente, com o fidalgo patriarca a exaltar o abegão junto dos restantes campinos nestes termos: “Vocês, meus amigos, tenham este homem por modelo (...). A classe dos campinos só deve morrer no dia em que se apagarem da linguagem humana as palavras, trabalho, honra, e dedicação!” (Silva 1877: 3º acto, 16ª cena).

Paralelamente, um outro personagem, cidadão, membro da família fidalga, poeta, pintor e autor de folhetins, revela nos seus comentários acerca do modo de vida e de sociabilidade dos campinos tanto um interesse pictórico pela paisagem local (“pitoresca”), como uma sensibilidade etnográfica e realista: para ele o “baile de roda” que encerra a boda de casamento entre um “éguação” (filho do abegão e irmão da jovem nubente) e uma camponesa, “[é] um estudo de costumes, que há-de encher o [s]eu primeiro folhetim”. E aquando de um passeio arriscado pela planície – havia ali touros a pastar –, este personagem não só sugere que a paisagem local já se encontrava institucionalizada enquanto digna de descrição e de admiração – conquanto fosse um “mato sertanejo”, perigoso e selvagem, cotejado com (as representações coevas de) África (cf. Silva 1877: 2º acto, 16ª cena) –, como descreve o trabalho dos campinos (e as suas alfaias), o seu

quotidiano, a sua alimentação, enquanto contexto da acção, reproduzindo inclusivé o seu modo de falar (cf. Silva 1877: 2º acto, 1ª cena). Em resumo, na representação do Ribatejo e dos seus habitantes em *Os Campinos* recorre-se, uma vez mais, aos pastores de gado bovino (bravo) e equino, à analogia com os ecossistemas férteis, inóspitos e ‘selvagens’, e aos argumentos de etnogenealogia e de psicologia étnica propostos por Garrett e Herculano. Assim, o Ribatejo, representado pela lezíria, é uma região fértil com um clima e um povoamento associados ao maior deserto africano; concomitantemente, os seus habitantes, representados pelos campinos, assemelham-se, nas suas características, aos habitantes dessas paragens: corporizam o «exotismo do interior», constituem um vestígio no «tempo naturalizado e espacializado», em suma, estão nas margens do tempo, da civilização e da razão (cf. Fabian 1983, Revel 1990 e Leal 2000). Ao mesmo tempo, reencontramos aqui as perspectivas antagónicas em relação aos camponeses e o seu meio que dominam neste período a reflexão acerca daquilo que o país era ou deveria ser.

Vamos reencontrar estas representações desenvolvidas na literatura, nas ciências humanas emergentes e na fotografia das últimas décadas do século XIX e do início do século XX<sup>27</sup>, em textos e imagens que conhecerão uma ampla circulação ao longo deste último século – e que exercerão uma influência significativa nos discursos em que o Ribatejo é identificado enquanto região. Neste sentido, podemos referir, desde logo, a produção fotográfica e literária de José Relvas (1858-1929), natural da Golegã, já diplomado em Letras e praticante de fotografia na altura em que Marques da Silva redige a obra dramaturgica aqui analisada. Relvas caracterizará os campinos dentro dos limites simbólicos acima delineados nas páginas de *À Volta do Mundo*, «Jornal de viagens e de assuntos geográficos»<sup>28</sup>, nomeadamente num artigo intitulado “Arreadores da Golegã” (cf.

---

<sup>27</sup> Conferir Medeiros (2003: 25) para a sua periodização da “formação de imagens estereotipadas” acerca do Minho, a qual, pelo que nos é dado a inferir na presente análise, coincide com o processo análogo referente ao Ribatejo.

<sup>28</sup> Entre aqueles que colaboraram neste periódico dirigido por Teófilo Braga (1843-1924) contam-se, para além do próprio José Relvas e de seu pai, Zófimo Consiglieri Pedroso (1851-1910), Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905), Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929), Alexandre A. R. de Serpa Pinto (1846-1900) e Luciano Cordeiro (1844-1900). Muito significativamente, a primeira página de “Arredores da Golegã” é ilustrada por uma fotografia de Margarida Relvas (1838-1887) e retrata um campino, a cavalo, junto de uma manada de toiros que se dessedenta num rio (cf. Relvas 1880). José Relvas virá a desempenhar os cargos de Ministro das Finanças do primeiro Governo republicano (1910-1911), embaixador (1912-1913), senador (1913-1915), Presidente do Ministério e Ministro do Interior (1919) (cf. Morais e Violante 1986).

Relvas 1880). Neste artigo, José Relvas visita os tópicos mais frequentes acerca dos campinos e torna ainda bastante explícitas as teses deterministas e evolucionistas que constituíam o paradigma das ciências naturais e sociais na época a partir da qual escrevem tanto Salvador Marques como José Relvas (cf. Relvas 1880; cf., ainda, Leal 2006) – as quais podemos também identificar noutros textos em análise neste *working paper*.

Mais tarde, numa época marcada por certo pessimismo político e sócio-cultural (cf. Mattoso 1994 e Leal 2000), José Valentim Fialho de Almeida (1857-1911) dedica ao Ribatejo e aos seus habitantes uma entrada de *Os Gatos* (1934), a sua «publicação mensal de inquérito à vida portuguesa». O contexto das suas descrições e comentários é uma viagem a Valada (Cartaxo) e a Muge (Salvaterra de Magos), “burgo agrícola” aonde vai assistir a uma *ferra* organizada pelos Duques de Cadaval – segundo o autor, um reduto “legitimista” (cf. Almeida 1934). Um dos primeiros tópicos que Fialho de Almeida aborda – e ao qual regressa com frequência neste texto – é a fertilidade dos solos aluvionares da região, descrita com recurso aos tópos egípcio e edénico (cf. idem: 137). Paralelamente, Fialho estabelece uma comparação entre os campinos e os gaúchos platinos, sugerindo um vínculo entre estes, a sua natureza indómita e um passado intemporal<sup>29</sup> (cf. idem: 137). Assim, a “paixão das guerreias de circo, dos jogos olímpicos de força, e das abaladas a toda a brida, atrás do gado” bovino bravo, assim como a *ferra* que o autor vai testemunhar, constituem simultaneamente *a* característica da população local – trata-se da “obsessão do carácter das populações do Ribatejo” – e *uma* característica da “raça nacional”, a qual deveria ser estimulada face os perigos desnacionalizadores da modernidade (cf. Idem: 138).

Em suma, o modo de representar o Ribatejo e os *campinos* analisado nesta secção pode exemplificar, na literatura dos finais de oitocentos e início de novecentos, a utilização intensa de determinados tópos nas descrições da *lezíria* e na caracterização (seja psicológica ou etnogenealógica) dos pastores de gado bovino bravo, assim como a representação cada vez mais frequente destes últimos – e das práticas tauromáquicas em

---

<sup>29</sup> A sua viagem constituía, assim, não só o transcurso do espaço, mas também do tempo – isto é, de um tempo *valorizado* (cf. Fabian 1983 e Leal 2000): “E é o que nos reporta às eras afastadas, repondo aquela barca primitiva [em que Fialho atravessava o rio], aquele rio passando assim entre juncais e freixos, num capítulo de vida rústica que quatro séculos de civilização não alteraram sequer num detalhe”. (1934: 134).

que estão envolvidos – enquanto emblemas nacionais e regionais<sup>30</sup>. Mais concretamente, merecem destaque, pela sua frequência e influência, o cotejo da paisagem do Ribatejo – ora inundada e verdejante ora tórrida e ressequida – com as paisagens do Norte de África (cf. Martins s.d., Ortigão s.d. e Queirós 2002) e dos *ribatejanos* (isto é, os *campinos*) com os povos dessa região africana – como os “beduínos”, os “líbios ou [os] mouros” (cf. Martins s.d., Ortigão s.d., Queirós 2002 e Dias 1982). Paralelamente, a alusão aos *campinos* e às suas funções é muitas vezes explicitamente valorativa e nacionalizadora (conferir, por exemplo, Ortigão s.d. e Dias 1982).

### 3.2. Imagens para uma *região*: literatura, etnografia e fotografia na viragem do século

Os *campinos* e as suas qualidades morais constituem o tema central de um conto de Marcelino Mesquita (1856-1919), dramaturgo, editor e jornalista, natural do Cartaxo (Santarém) – e, a um tempo, durante o constitucionalismo monárquico, deputado pelo círculo do Cartaxo –, intitulado “A Desforra do Maioral” e coligido em *Na Azenha* (cf. 1913). Mas é em “Os Campinos”, um artigo seu publicado nas páginas da Ilustração Portuguesa (cf. 1908), e na descrição corográfica e etnográfica do Ribatejo pelo polígrafo Alberto Pimentel (cf. 1908), onde podemos recensear, para este período de viragem de século, os principais desenvolvimentos das representações acerca dos *campinos* e do Ribatejo. Marcelino Mesquita redige “Os Campinos”, um texto encomiástico de cariz simultaneamente literário e etnográfico, na Quinta da Ribeira, em Pontével (Cartaxo), situada junto ao rio Tejo. O texto vem ilustrado com desenhos de alfaias e de apetrechos agrícolas e pecuários associados a estes pastores – chocalhos, estribos, varas e arreios – e com diversos “clichés” de Carlos Relvas e Campos e de José Relvas em que são fixadas “paisagens dos campos da Golegã” e retratados *campinos* entre manadas e camponeses junto às suas habitações (1908). Significativamente, o texto é uma homenagem: “O campino vai-se. Deixemos-lhe esta lembrança”. A homenagem vem assim a propósito da iminência do “desaparecimento

---

<sup>30</sup> No que concerne à função emblematizadora dos *campinos*, Xavier da Cunha (1840-1920), segundo-conservador da Biblioteca Nacional à época em que colabora no *Álbum de Costumes Portugueses*, não hesitara, anos antes, em considerar «espúria» qualquer outra figura popular local com a qual se pretendesse identificar o Ribatejo (cf. Corazzi 1888).



fatal” daqueles pastores (nas palavras dramáticas da redacção da Ilustração Portuguesa) enquanto ocupação – receios provocados pela lenta, mas progressiva mecanização da agricultura local, e pelas crises económicas que afectavam o país. Urgia, então, registar o seu modo de vida – conferir o carácter salvacionista dos modos de descrição etnográficos em Clifford e Marcus 1986 e, ainda, Medeiros 2003.

“Os Campinos” abrem com a passagem de uma manada de touros por uma aldeia, descrita como o “quadro (...) mais belo (...) do Ribatejo, porque a todos excede na intensidade da vida e na sugestão dominadora do perigo” (Mesquita 1908). Segue-se um elogio ao touro, “o bravo dos bravos”, cuja ferocidade, superior à de espécies como o tigre, o elefante e o leão, só poderia ser ultrapassada, física e moralmente, pelo campino sobre a sua montada, “o *Centauro* das Lezírias”, qual “(...) D. Quixote, a passo, sobre o Rocinante, picando o céu com a lança, pela campina extensa e árida da Mancha” (Mesquita 1908). A partir daqui, Mesquita descreve a “população típica” das lezírias que aí vivia isolada – “eram quase um povo estranho, uma colónia líbica” (Idem) –, considerando a sua habitação, a sua alimentação, o seu vestuário, a sua devoção e a sua expansão para Norte, até à Golegã, a partir de Vila Franca de Xira: “com as grandes lavouras do Ribatejo, o campino espalhou-se, subiu o rio”. O Tejo é então, mais uma vez, cotejado com o Nilo; e os *campinos* com as populações norte-africanas. Paralelamente ao traçar da etnogenealogia dos habitantes das lezírias, Mesquita estabelece ainda a psicologia étnica dos *campinos*. Estes seriam então “airosos”, “faladores e alegres”, abnegados, “forte[s] e valoroso[s]”. A propósito do seu trabalho com os touros, sucintamente descrito, lamenta as transformações então em curso e exalta o passado (rural) que a “civilização” ameaça ‘despoetizar’ (cf. Mesquita 1908). Na ‘nota de redacção’ ao artigo, “o tipo rude e audacioso” da lezíria é considerado, em termos semelhantes aos de Mesquita, como o mais genuíno e representativo do Ribatejo – “O Campino, essa enérgica e pitoresca figura das Lezírias, a mais tradicional e característica dos campos alagadiços do Ribatejo” (Idem) –, exemplo dos “antigos hábitos e [d]as velhas tradições da terra portuguesa” que desapareciam na voragem modernizadora (Idem).

A descrição geográfica, histórica e etnográfica da “região ribatejana” que o polígrafo Alberto Pimentel (1849-1925) oferece aos leitores no segundo volume da colecção “Portugal Pitoresco e Ilustrado”, intitulado *A Estremadura Portuguesa – Primeira Parte – O Ribatejo* (cf. 1908)<sup>31</sup>, merece também análise, uma vez que, para além de constituir uma síntese das representações sobre o Ribatejo que se tornavam hegemónicas à época, concebe-o enquanto uma região distinta no quadro estremenho – na esteira da divisão geográfica proposta por Barros Gomes (cf. 1878) – e procede à recontextualização *regionalizadora* de diversos elementos da cultura popular local (cf. Pimentel 1908). Registe-se desde logo que Pimentel, à semelhança dos autores anteriormente referidos, frequenta os tópicos da extensão e da fertilidade da *lezíria* – e o cotejo com as paisagens africanas (cf. Idem) –, a cuja particularidade correspondem, também, exóticos e próprios, o pastoreio de touros e os caracteres da população local – cuja psicologia étnica é estabelecida nos moldes que já tivemos oportunidade de analisar (cf. Idem). A caracterização psicológica do “homem do Ribatejo” constitui, aliás, um dos tópicos mais recorrentes neste texto que constituiu o primeiro exercício monográfico relativo à região.

Assim, a “natureza”, a hereditariedade e a especificidade das ocupações dos ribatejanos eram a causa de outras qualidades morais para além da sua rudeza e da sua bravura. Estes camponeses (*campinos*) eram igualmente ‘sérios’, ‘probos’, ‘independentes’ e extremamente devotos – como o haviam feito notar, aliás, Salvador Marques (cf. 1877) e Marcelino Mesquita (cf. 1908) –, devido ao seu modo de vida materialmente limitado e ao isolamento decorrente da pastorícia de touros e de cavalos nas extensas propriedades do vale do Tejo (cf. Pimentel 1908: 29-43). Por outro lado, Alberto Pimentel nota nos *campinos* um “respeito” pela hierarquia social e a posse de um “cachet de nobreza” que os aproxima do seu patronato a despeito da sua rusticidade, características que atribui mais ao convívio com a nobreza de linhagem e a burguesia titulada – à semelhança do argumento implícito na peça de Marques da Silva (cf. 1877) – do que ao contacto com o touro – o qual considera um animal ‘nobre’; como o sugere, por exemplo, Marcelino Mesquita (cf. 1908). Em suma, torna-se evidente no modo como os *campinos* são caracterizados (com recurso à

---

<sup>31</sup> Trata-se de uma obra que recorre, significativamente, à ilustração – com fotografias e gravuras de pinturas – e que é, amiúde, autorizada pela citação de escritores consagrados – como A. Garrett, A. Herculano e Mendes Leal – e eruditos locais – como Lino de Macedo (1834-1921).

psicologia étnica) não só um processo de naturalização das práticas e das condições socio-económicas destes assalariados rurais, como a sua associação simbólica a determinadas classes sociais cujo domínio se pretende assim justificar e legitimizar.

Paralelamente, podemos identificar em *A Estremadura Portuguesa – O Ribatejo* um esforço de compreensão geográfica e etnográfica do espaço estremenho, em geral, e ribatejano, em particular, o qual assenta numa perspectiva historicista, determinista e evolucionista que se afigura tributária das diversas correntes teóricas da Geografia então emergentes (cf. Domingues 1985 e Fabrício e Vitte 2011). Neste sentido, a divisão da “região ribatejana” que Pimentel propõe a partir da aferição dos “costumes ribatejanos”, parte do pressuposto de que a interação entre a população local e o meio produz as características que distinguem o Ribatejo das demais regiões (cf. Pimentel 1908: 34 e ss); sendo que os seus limites corresponderiam à charneca, na margem esquerda, à “região dos saloios”, na margem direita, a Abrantes, nos “limites superiores”, e a Sul de Vila Franca de Xira, no sentido oposto. Pimentel considera ainda a zona ribeirinha, a “borda-d’água”, como “menos distinta e original” que o “*interland*”, em virtude da influência exógena das populações migrantes de “varinos” (1908: 30)<sup>32</sup>.

Os «costumes» próprios do Ribatejo, por sua vez, correspondem às práticas pastoris e tauromáquicas dos *campinos*, bem como à psicologia (étnica) e ao vestuário (“traje”) da população “ribatejana” – aspectos da cultura popular local que são descritos com um intuito etnográfico após a delimitação aproximada da região (cf. 1908: 36-44). Assim, no que diz respeito às preditas práticas, Pimentel descreve enquanto rituais (“festas”) as diversas operações decorrentes do pastoreio e do toureio de touros (cf. 1908: 36-41), como sejam, entre outras, a “*ferra*” – ou seja, a marcação a fogo de cada espécimen bovino com o símbolo heráldico do proprietário – a “*amansia*” – isto é, a mobilização do gado bovino bravo para tarefas agrícolas – e a “*tenta*” – o conjunto de operações que visa aferir a ferocidade de cada espécimen –, igualmente descritas ou referidas por Marques da Silva, Fialho de Almeida, Marcelino Mesquita e Carlos Malheiro Dias (cf. as obras supracitadas). Ao mesmo tempo, tais descrições traduzem-se – mais explícita e sistematicamente do que

---

<sup>32</sup> A invisibilidade simbólica deste grupo social nos modos de imaginar o Ribatejo, contrariada por poucos autores antes e depois da época em que escreve Alberto Pimentel, será analisada mais detidamente noutra lugar.

nas descrições daqueles autores; se excluirmos Marcelino Mesquita – na recontextualização *regionalizadora* desses mesmos «costumes» (cf. Pimentel 1908).

Finalmente, devemos incluir nesse processo de recontextualização outros aspectos que já identificavam o Ribatejo, tais como as inundações invernais provocadas pelo rio Tejo. Alberto Pimentel destaca o seu impacte paisagístico, agrícola e humano: estas constituem um “espectáculo” ao mesmo tempo *pitresco* e ameaçador, incontrolável e imprevisível. Na alcáçova escalabitana, à Porta do Sol, testemunha a “cheia” e cita um livro seu: “Um dos espectáculos mais grandiosos na região ribatejana tem por actor o Tejo. É a cheia, a inundação, o alagamento dos campos e povoações marginais”. (1908: 48). No entanto, a sua alusão a esta fase do ciclo fluvial do rio Tejo só adquiria actualidade devido ao seu carácter ambivalente, uma vez que as referências encomiásticas aos benefícios agrícolas das inundações do Tejo por parte dos literatos e eruditos cristãos datam, pelo menos, da época em que foi composta a *Segunda Crónica Geral de Espanha* (cf. Freire 1968).

Mas é com o interesse romântico e nacionalizador pela paisagem mutável formada pelo curso e ciclos do rio Tejo, que se desenvolvem discursos em torno do seu carácter simultaneamente ‘pitresco’, fecundante, ameaçador e *regional* – ou seja, tornam-se um elemento identificador do Ribatejo enquanto *região* que se está a produzir. São numerosos, aliás, os escritores, geógrafos e eruditos, nessa época e em diante, que fazem referência a esta paisagem multimoda, inclusive os primeiros praticantes da fotografia em Portugal. É o caso de José Relvas, o qual, auxiliado também pela fotografia de Carlos e de Margarida Relvas, descreverá as ameaçadoras inundações do Tejo, e a paisagem “fantástica” que proporcionam, em “Arredores da Golegã” (cf. Relvas 1880: 156-159). Paralelamente, o desenvolvimento literário da representação das inundações do Tejo – à semelhança do que acontece com outros elementos identificadores do Ribatejo –, articula-se amiúde com o desenvolvimento da imprensa – onde muitos textos são publicados pela primeira vez – e da fotografia – que depressa ilustrará os textos. A imprensa (nacional e local) transformará este momento do ciclo fluvial do Tejo em objecto noticioso, recorrendo cada vez mais à fotografia. Um ano antes da edição de *A Estremadura Portuguesa – O Ribatejo*, aquando das inundações do Inverno de 1907-1908, a direcção e a redacção da Ilustração Portuguesa apressaram-se a noticiar o “singular e estranho” “espectáculo que ofereciam os campos

ribatejanos alagados”, o qual é fotografado a partir da alcáçova escalabitana pela objectiva de Joshua Benoliel (28 Outubro 1907: 570-573).

## Conclusão

Ao olhar dos românticos da primeira geração, e em diante, a paisagem edénica do vale do Tejo, morada de camponeses intrépidos e «selvagens», origem de gado bovino e cavalariço, lugar de «festas» taurinas e de touradas, desdobrava-se numa outra paisagem, espectacular e ameaçadora, a de um rio dilatado sobre a planície. Seguir-se-á à atenção literária e erudita, o interesse da imprensa e as objectivas da fotografia e do cinema – tanto o noticioso como o de ficção (cf. Matos-Cruz 1989 e 1999) – na selecção, reciclagem e circulação destas representações do Ribatejo, é dizer, na produção da sua individualidade regional, na sua identificação. Relativamente aos seus habitantes e às respectivas ocupações, são os *campinos*, o pastoreio e o toureio de touros que adquirem uma função emblematizadora à escala regional e nacional. Mas adquirem igualmente outra função simbólica, outro uso político: tornam-se um instrumento da legitimação da ordem social tal qual esta se encontra estruturada. Neste sentido, verificamos que, à luz das representações elaboradas por letrados como Mendes Leal, José Relvas e Alberto Pimentel, os *campinos* constituem não só a “figura simbolicamente unificadora” (cf. Silvano 2003: 219) com a qual se pretende justificar e legitimar uma determinada ordem social, política e económica – e denegar assim a violência simbólica (e, por vezes, política) exercida sobre as classes dominadas (cf. Revel 1990) –, como são transformados em emblema (étnico) regional (cf. Silvano 2003) em detrimento de figuras representativas de outros segmentos locais das classes dominadas<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> A eleição dos *campinos* enquanto «figura simbolicamente unificadora» dos diversos grupos sociais em torno de uma dada ordem sociopolítica, conforme defende Filomena Silvano (2003), explicar-se-á decerto pelo gosto realengo, cortesão e aristocrático – e mais tarde, também, burguês (cf. Mattoso 1994) – pelos espectáculos tauromáquicos, pela equitação e pelo uso político e ritual destas práticas (cf. Bethencourt 1991: 478-479).

## **Bibliografia**

ABÉLÉS, Marc, 1986, “L’anthropologue et la politique”, *L’Homme*, 97-98: 191-212.

AGULHON, Maurice, 1989, “La fabrication de la France, problèmes et controverses”, em Martine Segalen (org.), *L’ autre et le Semblable: regards sur l’ethnologie des sociétés contemporaines*. Paris, Press du CNRS, 109-120.

AGULHON, Maurice, 1988 [1980], “Conscience nationale et conscience regionale en France de 1815 à nos jours”, Maurice Agulhon (dir.), *Histoire Vagabonde: Idéologies et politique dans la France du XIX<sup>e</sup> siècle*, Vol. II. Paris, Gallimard, 144-174.

ALMEIDA, Fialho de, 1934 [1889-1893], *Os Gatos – Publicação Mensal de Inquérito à Vida Portuguesa*, Vol. IV. Lisboa, Livraria Clássica Editora.

ALMEIDA, Miguel Vale de, 1995, *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa, Fim de Século.

ALMEIDA, Miguel Vale de, 1997, “Marialvismo. Fado, Touros e Saudade como discursos da masculinidade, da hierarquia social e da identidade nacional”, *Separata de Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Volume 37 (1-2): 41-65.

AMARO, António Rafael, 1996, “Os congressos regionais das Beiras e o regionalismo em Portugal (1921-1940)”, em *Portugal e as Regiões: perspectivas históricas - Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 71-92.

BARBOSA, Luísa Teixeira, João Vasco GAMEIRO e Maria Luísa GOUVEIA, 1982, *Caneiras, o Homem e o Rio*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

BENDIX, Regina, 2005, “Final reflections: “The politics of folk culture” in the 21<sup>st</sup> century”, *Etnográfica*, 1 (IX): 195-203.

- BENDIX, Regina e H. ROODENBURG (eds.), 2000, *Managing Ethnicity. Perspectives from Folklore Studies, History and Anthropology*. Amsterdão, Het Spinhuis.
- BERTHO, Catherine, 1980, “L’Invention de la Bretagne. Genese sociale d’un stereotype”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 35: 45-62.
- BERTHO-LAVENIR, Catherine, 1988, “La géographie symbolique des provinces. De la monarchie de juillet à l’entre-deux-guerres”, *Ethnologie Française*, XVIII, 3: 276-282.
- BETHENCOURT, Francisco, 1991 [1987], “A sociogénese do sentimento nacional”, em Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (orgs.), *A Memória da Nação*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 473-503.
- BLUTEAU, Rafael, 1789, *Diccionario da Lingua Portugueza (...) reformado e acrescentado por Antonio Moraes Silva*, 2 tomos. Lisboa, Oficina de Simão Tadeu Ferreira.
- BOURDIEU, Pierre, 2014 [2012], *Sobre o Estado*. Curso no Collège de France (1989-1992). Lisboa, Edições 70.
- BOURDIEU, Pierre, 1989, *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel.
- BRAGA, Isabel Drumond de, 1999, *Mouriscos e Cristãos no Portugal Quinhentista: duas culturas e duas concepções religiosas em choque*. Lisboa, Hugin.
- BRITO, Joaquim Pais de, e João LEAL, 1997, “Etnografias e etnógrafos locais: Apresentação”, *Etnográfica*, 2, Volume 1: 181-190.
- CABRAL, João de Pina, 1991, *Os Contextos da antropologia*. Lisboa, Difel.
- CAMÕES, Luís de, 1985 [1572], *Os Lusíadas*. Porto, Porto Editora.
- CAPUCHA, Luís, 1991, “Touros e touradas”, em *Enciclopédia Temática Portugal Moderno. Tradições*. Lisboa, Pomo, 90-102.
- CARDOSO, José Luís, 1996, “Viagens filosóficas e mapas económicos: a redescoberta do espaço social nos finais do século XVIII”, em *Portugal e as Regiões. Perspectivas*

Históricas. XVI Encontro da Associação de História Económica e Social. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 7-22.

CATROGA, Fernando, 1994, “Romantismo, literatura e história”, em Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890), Volume 5. Lisboa, Círculo de Leitores: 545-562.

CLIFFORD, James, e George MARCUS (eds.), 1986, Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography. Los Angeles/Londres, University of California Press.

COELHO, António Borges, 2018 [1971], Portugal na Espanha Árabe. Lisboa, Caminho.

CORAZZI, David (ed.), 1888, Álbum de Costumes Portugueses. Lisboa, David Corazzi Editor.

CREHAN, Kate, 2002, Gramsci, Culture and Anthropology. London/Sterling/Virginia, Pluto Press.

CUTILEIRO, José, 1977, Ricos e Pobres no Alentejo. Uma Sociedade Rural Portuguesa. Lisboa, Sá da Costa.

DAVEAU, Suzanne, José MATTOSO e Duarte BELO, 1998, Portugal – O Sabor da Terra – O Ribatejo. Lisboa, Círculo de Leitores/Pavilhão de Portugal - Expo’98/Autores.

DIAS, Carlos Malheiro, 1982, Ciclorama Crítico de um Tempo – Antologia. Lisboa, Vega, 64-70.

DOMINGUES, Álvaro, 1985, “A geografia regional «vidaliana»”, Revista da Faculdade de Letras – Geografia, Série I, Volume I: 113-134.

FABIAN, Johannes, 1983, Time and the Other. How Anthropology Makes its Object. Nova Iorque, Columbia University Press.

FABIAN, Johannes, 1996, Time and the Works of Anthropological Knowledge. Amsterdam, Harwood Academic Publishers.



FABRÍCIO, Deyse C. B. e António Carlos VITTE, 2011, “Paul Vidal de la Blanche e a geografia francesa: do contexto histórico às monografias urbanas”, *Cordis*, 6, 301-332.

FERRÃO, Nelson Humberto, 1987, “A ‘Política do Espírito’ e o ressurgimento folclórico no Distrito de Santarém. 1930/60. 1ª Aproximação”, em *Temas de História do Distrito de Santarém*. Santarém, Escola Superior de Educação de Santarém, 721-739.

FORTE, Maria João, 2003, “A província na capital: a Casa das Beiras em Lisboa”, em Salwa Castelo-Branco e Jorge Freitas Branco (org.), *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal*. Lisboa, Celta, 509-519.

FORTE, Maria João, 1996, *As Casas Regionais em Lisboa. A Casa das Beiras. Regionalidade e Associativismo*, dissertação de mestrado, texto policopiado. Lisboa, F.C.S.H./U.N.L.

FRANÇA, José Augusto, 1974, *O Romantismo em Portugal*, 2º volume. Lisboa, Livros Horizonte.

FREIRE, Natércia, s.d. [1968], *O Ribatejo – Antologia da Terra Portuguesa*. Lisboa, Livraria Bertrand.

FRÉMONT, Armand, 1980, *A Região, Espaço Vivido*. Coimbra, Livraria Almedina.

FOURNIER, Dominique, e Jaime de Pableo ROMERO, 1994, “Le *Toro*, sujet d’ethnographie”, *Gradhiva*, 16: 45-57.

GARCIA, D., M. SILVA e M. RAPOSO, 1997, *O Campino e a Cultura Material. Análise Etnológica de Cultura Material realizada em Vale de Santarém*, trabalho curricular, policopiado. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

GARRETT, Almeida, 1997 [1843/1851], *Romanceiro, Portugal*. Editora Ulisseia.

GARRETT, Almeida, s.d. [1843], *Viagens na Minha Terra*, 5ª edição. Portugal, Publicações Europa-América.

GIRÃO, Aristides de Amorim, 1933 [1928-1930], Esboço duma Carta Regional de Portugal, edição refundida e aumentada. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

GÓIS, Damião de, 2003 [1554], Descrição da Cidade de Lisboa. Lisboa, Frenesi.

GOMES, Bernardino A. de Barros, 1878, Cartas Elementares de Portugal para Uso nas Escolas. Lisboa, Lallemand Frères Tipografia.

GONÇALVES, Maria Odete, 2003, “Touradas. A luta pela abolição”, *História*, 56: 20-23.

GONÇALVES, Maria Odete, 2004, “Touradas e poder político na transição do séc. XVIII”, *História*, 64: 38-43.

GORDO, Joaquim Ferreira, 2003 [1794], Origens da Villa D’Alhandra – Memórias. Alhandra, Junta de Freguesia de Alhandra/Museu de Alhandra – Casa Dr. Sousa Martins.

GUILLAUME-ALONSO, Araceli, 1994, “Des rites et des jeux taurins à la corrida-spectacle”, *Gradhiva*, 16: 59-65.

GUIMARÃES, A. Maneira, s.d. [1989], “João Salvador Marques da Silva” em <[http://teatrosmarques.no.sapo.pt/salvador\\_marques.htm](http://teatrosmarques.no.sapo.pt/salvador_marques.htm)> (acesso em 07/09/2009).

HANDLER, Richard, 1988, *Nationalism and the Politics of Culture in Quebec*. Madison, University of Wisconsin Press.

HAUPT, H.G., M. G. MÜLLER e S. WOOLF (eds.), 1998, *Regional and National Identities in Europe in the XIXth and XXth Centuries*. Holanda, Kluwer Law International.

HERCULANO, Alexandre, 1973 [1831-32/1853-54], *Obras Completas. Cenas de um Ano da Minha Vida – Apointamentos de Viagem*. Lisboa, Livraria Bertrand.

HERZFELD, Michael, 1992, “La pratique des stéréotypes”, *L’Homme*, volume 32 (1) 121: 66-77.

JÚNIOR, Durval M. de Albuquerque, 2011 [1999], *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo, Cortez.

LEAL, João, 1997, “Açorianidade: Literatura, política, etnografia (1880-1940)”, *Etnográfica*, 2, Volume 1: 191-211.

LEAL, João, 2000, *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

LEAL, João, 2006, *Antropologia em Portugal. Mestres, Percursos, Transições*. Lisboa, Livros Horizonte.

LEAL, José da Silva Mendes, 1860, “O Campino”, *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*”, Vol. II, 1: 36-39.

LEÃO, Duarte Nunes de, 1610 [1599], *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa, impresso por Jorge Rodrigues.

LEMOS, Simão Fróis de, 1726, *Noticia historica e topografica da Villa de Alcanede, na qual se expoem a sua discrição e dos lugares dos seu termo. (...)*, manuscrito encadernado e conservado na Biblioteca Municipal de Santarém.

LÖFGREEN, Orvar, 1989, “The nationalization of culture”, *Ethnologia Europaea*, XIX: 5-24.

LOUREIRO, Francisco de Sales, 1984, “Introdução”, em *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve*. Portugal, Livros Horizonte, 9-16.

MACHADO, Álvaro Manuel, 1979, *As Origens do Romantismo em Portugal*. Portugal, Instituto de Cultura Portuguesa.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, 1980, “As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650”, *Revista de História Económica e Social*, 5. Lisboa, Sá da Costa: 15-56.

MANIQUE, António Pedro, 2017 [2016], “A evolução territorial do Ribatejo do século XVIII ao Estado Novo. Território(s) e identidade(s) em torno de um topónimo”, *Terras d’Água*, 3: 57-70.

MARTINS, Joaquim P. Oliveira, s.d. [1879], *História de Portugal*, Vol. 1. Lisboa, Publicações Europa-América.

MATOS-CRUZ, José de, 1989, *Prontuário do Cinema Português 1896-1989*. Lisboa, Cinemateca Portuguesa.

MATOS-CRUZ, José de, 1999, *O Cais do Olhar. O Cinema Português de Longas Metragens e a Ficção Muda*. Lisboa, Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema.

MATTOSO, José, 1998, *A Identidade Nacional*. Lisboa, Gradiva/Fundação Mário Soares.

MATTOSO, José (dir.), 1994, *História de Portugal*, vários volumes. Lisboa, Círculo de Leitores.

MATTOSO, José, 1985, “Os Moçárabes”, *Revista Lusitana (Nova Série)*, 6: 5-24.

MAXIMINO, Paulo, 2003, “A Figura do Campino”, em Salwa Castelo-Branco e Jorge Freitas Branco (org.), *Vozes do Povo. A Folclorização em Portugal*. Lisboa, Celta, 375-383.

McDONALD, Maryon, 1993, “The Construction of difference: an anthropological approach to stereotypes”, em Maryon McDonald (org.), *Inside European Identities*. Providence/Oxford, Berg, 219-236.

MEDEIROS, António, 1999, “Cultura Popular. Notas para a sua imaginação”, em Gabriela Funk (ed.), *Actas do 1º Encontro sobre Cultura Popular (Homenagem ao Prof. Doutor Manuel Viegas Guerreiro)*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 315-336.

MEDEIROS, António, 1998, “Pintura dos costumes da nação: alguns argumentos”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 38: 131-69.

MEDEIROS, António, 1996, “Ruínas/Notícias da Arcádia Atlântica”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 36: 47-62.

MEDEIROS, António, 1995, “Minho: retrato oitocentista de uma paisagem de eleição”, *Actas do Colóquio ‘Retratos do País’*, *Revista Lusitana*, 13-14: 125-144.

MEDEIROS, António, 2003 [1994], *A Moda do Minho – Um Ensaio Antropológico*. Lisboa, Edições Colibri/DepANT-ISCTE.

MEDEIROS, Carlos Alberto, 1991, “Quelques réflexions à propos des identités régionales au Portugal”, em *L’identité Régionale. L’idée de Région dans l’Europe du Sud-Ouest*. Paris, Centre National de la Recherche Scientifique/Centre Régional de Publications de Bourdeaux, 35-43.

MELO, Daniel, 2006, “Aquém do Marão. O associativismo regionalista transmontano em Portugal e na diáspora”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 50: 67-87.

MELO, Daniel, 2005, “«Um povo, uma cultura, uma região»: a história exemplar da Casa do Alentejo”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 45 (1-2): 119-139.

MELO, Daniel, 2004, “Longe da vista, perto do coração: o associativismo regionalista no império português”, em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel43/DanielMelo.pdf> (acesso em 05/05/2018).

MESQUITA, Marcelino, 1913, *Na Azenha*, 2ª edição. Lisboa, Parceria António Maria Pereira. Livraria Editora

MESQUITA, Marcelino, 1908, “Os Campinos”, *Ilustração Portuguesa*, 109 (II), 23 de Março.

MONTEIRO, José L. C., 2009, *Federalismo, Regionalismo e Municipalismo em Portugal (1920-1922)*, tese, policopiado. Lisboa, Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 1996, “O Central, o local e o inexistente regional” em César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa, Temas e Debates, 79-118.

MORAIS, João, e Luís VIOLANTE, 1986, *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais: Portugal 1926-1985*. Lisboa, Horizonte.

MORENO, Humberto Baquero, 1994, *Os Mudéjares no Portugal Medieval*. Porto, Faculdade de Letras/Conselho Directivo.

MOTA, Maria Abreu, 2000 [1997], “O Aposento do Barrete Verde e das Salinas (Na Freguesia, Sede do Concelho e Centro da Vila de Alcochete). Análise da Organização de

uma Associação Local de Práticas Lúdicas”, em Programa Nacional de Bolsas de Investigação para Jovens Historiadores e Antropólogos, 3ª Edição, 1996/97, Beira Litoral, Estremadura e Ribatejo. Lisboa, Fundação da Juventude, 9-119.

NUNES, Francisco Oneto, 1993, *Vieira de Leiria. A História, o Trabalho, a Cultura*. Vieira de Leiria, Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.

NUNES, Graça Soares, 2003, “Contributos para a Caracterização Socioeconómica de Vila Franca de Xira no Século XIX”, em *Vila Franca de Xira, Tempos do Rio, Ecos da Terra*. Vila Franca de Xira, Museu Municipal de Vila Franca de Xira, 131-141.

NUNES, Joaquim António, 1989, *Regionalismo, Cultura e Turismo. Síntese Histórica da Casa do Algarve*. Lisboa, Casa do Algarve.

OLIVEIRA, Carlos, 1987, *Populações Marítimas em Portugal*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

OLIVEIRA, César, (dir.), 1996, *História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa, Temas e Debates.

OLIVEIRA, Paulo Martins, 2006, *A Vila da Golegã nos Últimos 250 Anos*. Golegã, Câmara Municipal da Golegã.

OLIVEN, Ruben, 1992, *A Parte e o Todo. A Diversidade Cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis, Vozes.

ORTIGÃO, Ramalho, s.d. [1876], *Farpas Escolhidas*. Lisboa, Ulisseia, 63-84.

PICOITO, Pedro, 2005, “Centro e Periferia. A Percepção das Regiões no Estado Medieval Português (1299-1416)”, em José Manuel Marques (dir.), *Arquivo de Beja. Culturas, Identidades e Globalização*. Beja, Câmara Municipal de Beja, 137-148.

PIMENTEL, Alberto, 1908, *A Estremadura Portuguesa – Primeira Parte – O Ribatejo*. Lisboa, Livraria Guimarães & C<sup>a</sup>.

QUEIRÓS, Carla, 2001, *Campino: do Mito ao Homem*. Azambuja, Câmara Municipal de Azambuja.

QUEIRÓS, José Maria Eça de, 2002, O Egipto e mais Notas de Viagem. Portugal, Projecto Vercial.

QUEIRÓS, José Maria Eça de, s.d. [1873-1874], “Singularidades de uma Rapariga Loura”, em *Contos*. Lisboa, Europa-América: 37-58.

QUEIROZ, António José, s.d., “Um Projecto Descentralizador: o Núcleo Republicano Regionalista do Norte (1920-1924)”, em <[http://www.j-f.org/PDF/Nucleo\\_Republicano\\_Regionalista\\_Norte.pdf](http://www.j-f.org/PDF/Nucleo_Republicano_Regionalista_Norte.pdf)> (acesso em 2016).

RAMA, José de Sousa, 2001 [1906], *Coisas da Nossa Terra – Breves Notícias da Villa de Aldeia Gallega do Riba-Tejo*. Montijo, Câmara Municipal do Montijo.

RAMOS, Rui, 2001 [1994], “A Segunda Fundação (1890-1926)”, José Mattoso (dir.), *História de Portugal – A Segunda Fundação (1890-1926)*, Volume 6. Lisboa, Editorial Estampa.

REBELLO, Luiz Francisco, 1978, *O Teatro Naturalista e Neo-Romântico: 1870-1910*. Portugal, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

REI, António, 2005, “O *Gharb al-Andalus* em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa’îd al-Maghribî”, *Medievalista on line*, Ano 1, 1, em <<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>> (acesso em 2015).

RELVAS, José, 1880, “Arreadores da Golegã”, *À Volta do Mundo - Jornal de Viagens e de Assumptos Geographicos*, Volume 1, 1.

REVEL, Jaques, 1992 [1984], “La Région”, Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de Mémoire*, Volume 3, 1. Paris, Gallimard, 850-883.

REVEL, Jaques, 1990 [1989], *A Invenção da Sociedade*. Lisboa, Difel.

RIBEIRO, Orlando, s.d. [1995], “Uma região portuguesa do Sul e do interior: o Ribatejo”, em *Opúsculos Geográficos, Estudos Regionais*, Vol. VI. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 445-495.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1994, “Groupes d’appartenance et logiques identitaires. Les associations regionales à Lisbonne”, em Colette Callier-Boisvert (dir.), *Ethnologie du Portugal: Unité et Diversité. Actes du Colloque*. Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 109-121.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1987, “As micropátrias do interior português”, *Análise Social*, Vol. XXIII, 98: 721-732.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1986, “Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência”, *Análise Social*, Vol. XXII, 91: 313-330.

SANTOS, Maria Adelaide, 1959, *Os Avieiros – Estudo de Geografia Humana*, dissertação de licenciatura. Lisboa, Faculdade de Letras.

SATRIANI, Luigi, 1986 [1980], *Antropologia Cultural e Análise da Cultura Subalterna*. São Paulo, Editora Hucitec.

SENA, Pedro Silva, 2011 [2008], “Estereótipos Regionais e Usos da Cultura Popular: o Ribatejo e os *Campinos*”, em Clara Sarmiento (coord.), *Diálogos Interculturais: Os Novos Rumos da Viagem*. Porto, IPP-ISCAP-CEI/FCT/Vida Económica – Editorial S.A, 137-141.

SENA, Pedro Silva, 2000 [1997], “A figura do campino: a Feira do Ribatejo/Feira Nacional da Agricultura de Santarém como lugar de reflexão antropológica (1936-1993)”, em Programa Nacional de Bolsas de Investigação para Jovens Historiadores e Antropólogos, 3ª Edição, 1996/97, Beira Litoral, Estremadura e Ribatejo. Lisboa, Fundação da Juventude, 121-181.

SERRA, João Bonifácio, 1996, “Os Poderes Locais: Administração e Política no 1º Quartel do Século XX”, em César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média à União Europeia*. Lisboa, Temas e Debates, 264-280.

SERRA, João Bonifácio, 1997, “A produção das regiões e o caso do Oeste: notas para discussão”, em II Seminário do Património da Região do Oeste. Sobral de Monte Agraço, em <<http://cidadeimaginaria.org/>> (acesso em 2017).



SILVA, Ana Cristina Nogueira da, e HESPANHA, António Manuel, 1993, “A Identidade Portuguesa”, José Mattoso (dir.), História de Portugal – O Antigo Regime, Volume 4. Lisboa, Círculo de Leitores, 19-37.

SILVA, Augusto Santos, 1995, “Os Lugares Vistos de Dentro: Estudos e Estudos Locais do Século XIX Português”, Revista Lusitana, nova série, 13-14: 69-95.

SILVA, João Salvador Marques da, 1877 [1873], Os Campinos – Drama em 3 Actos, cópia manuscrita e anotada do original, depositada na Biblioteca Nacional.

SILVA, Luís Augusto Rebelo da, 1960 [1848], “Última corrida de touros em Salvaterra”, em *Contos e Lendas*. Lisboa, Livraria Civilização Editora.

SILVA, Luís Augusto Rebelo da, 1908 [1865], A Casa dos Fantasmas – Episódio do tempo dos francezes, Vol. I, 2ª edição. Lisboa, Empresa da História de Portugal Sociedade Editora.

SILVA, Raquel Henriques da, 1995, “Romantismo e pré-naturalismo”, em Paulo Pereira (dir.), História da Arte Portuguesa, Vol. 3. Lisboa, Círculo de Leitores, 329-338.

SILVANO, Filomena, 2003, “Cartografar um passado para uma Identidade Metropolitana”, em José António Tenedório (dir.), Atlas da Área Metropolitana de Lisboa - X Patrimónios e Identidades. Lisboa, Área Metropolitana de Lisboa, 208-225.

SIMÕES, Pedro, 2005, As Fronteiras Internas da Nação: A Imagem da Beira no Estado Novo (A Casa das Beiras: 1939-1959). Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

SMITH, Anthony, 1995, “Gastronomy or geology? The role of nationalism in the reconstruction of nations”, Nations and Nationalism, 1, 1: 3-23.

SMITH, Anthony, 1997 [1991], A Identidade Nacional, Lisboa, Gradiva.

SOARES, Maria Micaela, 1986, “A Cultura Avieira, Continuidade e Mudança”, em Actas do Colóquio Santos Graça de Etnografia Marítima (Aspectos Culturais. Aspectos Religiosos), Vol. IV. Póvoa de Varzim, Câmara Municipal de Póvoa de Varzim/Norte Editora.

SOARES, Maria Micaela, 1991, “Campinos – Pecuária”, em Maria Micaela Soares e Francisco H. Santos (coord.), O Trabalho e as Tradições Religiosas do Distrito de Lisboa. Exposição de Etnografia. Lisboa, Governo Civil de Lisboa, 163-167.

SOBRAL, José Manuel, 2004, “O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (Séculos XIX-XX)”, *Análise Social*, Vol. XXXIX, 171: 255-284.

SOLIS, Pedro Romero de, 1994, “L’invention du «ruedo». La Plaza de toros de Séville et les ruines de Pompéi”, *Gradhiva*, 16: 67-77.

THIESSE, Anne-Marie, 1991, *Écrire la France. Le Mouvement Littéraire Régionaliste de Langue Française entre la Belle Époque et la Libération*. Paris, Presses Universitaires de France.

VAQUINHAS, Isabel Maria, 1994, “O Campesinato”, em Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque (coord.), *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*, Volume 5. Lisboa, Círculo de Leitores, 479-491.

VASCONCELOS, José Leite, 1980 [1941], *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, Volume III. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

VIEIRA, Rui Rosado, 2005, *O Associativismo Alentejano na Cidade de Lisboa no Século XX*. Lisboa, Edições Colibri/Casa do Alentejo.

WALTER, François, 1991, “La Montagne des Suisses. Invention et usage d’une représentation paysagère (XVIIIe-XXe siècle)”, *Études Rurales*, 121-124: 91-107.

## **Periódicos**

*Ilustração Portuguesa*, 1907.